

Saúde tem de virar prioridade



Tânia Torres Rosa

diretora do Hospital Universitário de Brasília (HUB)

AO FINAL DO PRIMEIRO MANDATO de Lula, alguns bons projetos iniciados antes até de seu governo foram mantidos. Outros desenvolvidos nos últimos quatro anos tiveram boa repercussão. E outros ainda não saíram do campo das idéias e fazem muita falta à saúde pública no Brasil.

O programa dos medicamentos genéricos completa seis anos desde sua implantação e está em franca expansão. Ao cabo desse tempo, tanto a

população como os médicos desenvolveram confiança suficiente para aderirem ao programa e usufruírem de suas vantagens, que podem ser resumidas em eficácia e segurança associadas a baixo custo. A perspectiva desse programa para os próximos cinco anos é muito boa, uma vez que grande número de medicamentos inovadores terá seu prazo de patente expirado nesse período. Além disso, há a possibilidade bem concreta de se desenvolverem contraceptivos genéricos, beneficiando grande parcela da população.

Em se falando de quebra de patentes, devemos nos lembrar de um programa de quase uma década, que é sucesso no Brasil e exemplo no exterior, que é a prevenção e tratamento gratuito da Aids. O programa vem sendo implementado, os medicamentos utilizados estão sendo atualizados, seguindo o desenvolvimento tecnológico na área, embora no geral ainda se mantenha uma proporção significativa de portadores da doença, com prevalência maior alternan-

do-se entre os sexos e diferentes formas de transmissão. Uma notícia muito alvissareira foi a queda na transmissão vertical (da mãe para o recém-nascido), graças aos programas de pré-natal, orientados para esse problema, desenvolvidos nos últimos quatro anos.

Dados do IBGE indicam que, de 2002 a 2005, o número

É preciso ter vontade política e priorizar o bem maior do ser humano, que é a saúde plena

de serviços de saúde no Brasil aumentou em 17,8%. Existem hoje no país 2,9 postos médicos para cada mil habitantes e alguns equipamentos essenciais para o atendimento em atenção primária à saúde, como a mamografia e ultra-som, tornaram-se disponíveis em maior número, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Conforme essa mesma pesquisa, o setor público foi o que

mais cresceu na região Nordeste (7% ao ano) e Sudeste (5,8%), enquanto nas regiões Centro-Oeste e Sul, o setor privado teve crescimento maior que o público, 15,2% e 5% ao ano, respectivamente. Se por um lado isso representa um avanço, por outro, é possível perceber algumas distorções mantidas na distribuição de serviços. Por exemplo, o crescimento do setor público no Sudeste, que sabidamente já possuía a maior concentração, e o crescimento do setor privado no Centro-Oeste, que é bem carente no setor público de assistência.

Esse último continua sendo predominante no quesito internações hospitalares e o setor privado ainda predomina nos serviços de apoio ao diagnóstico e terapêutica. É absolutamente necessário que esse quadro sofra um ajuste e aqui também se insere o problema do financiamento e manutenção dos hospitais públicos federais, especialmente os universitários e de ensino, responsáveis pelo atendimento de alta complexidade nessas áreas e que permanecem sem solução, por parte do gover-

no federal, embora se conheçam diversas propostas de segmentos universitários.

Além dessas, há cerca de 20 propostas já encaminhadas à Presidência da República, pela Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina e Federação Nacional dos Médicos, das quais cito as mais relevantes para a próxima gestão Lula: Regulamentação da emenda constitucional 29, que define fonte de recursos, a partir de impostos recolhidos, para a saúde nos níveis municipal, estadual e federal; regulamentação da implantação da estratégia de atenção à saúde da família em todos os municípios brasileiros; fortalecimento e ampliação da farmácia básica do SUS; revisão dos valores da Tabela de Procedimentos do SUS, com adoção da classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (PL 3466/2004).

Concluindo, nota-se que as soluções já estão sugeridas. Basta vontade política e priorização do bem maior do ser humano, que é a saúde plena, para que tenhamos melhoras expressivas na área em curto prazo.